

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS
EaD

ALINE STUMPF

**TEMAS CONTEMPORÂNEOS TRANSVERSAIS E O ENSINO DE
SOCIOLOGIA: REFLEXÕES DA PRÁTICA DOCENTE**

Tramandaí

2023

ALINE STUMPF

**TEMAS CONTEMPORÂNEOS TRANSVERSAIS E O ENSINO DE
SOCIOLOGIA: REFLEXÕES DA PRÁTICA DOCENTE**

Trabalho de Conclusão de Curso, requisito para
obtenção do título de Licenciada em Ciências
Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Orientadora: Prof^a D.ra Marlise Amália Reinehr Dal
Forno
Coorientadora: Prof^a Ma. Yara Paulina Cerpa

Tramandaí

2023

CIP – Catalogação na Publicação

Stumpf, Aline.

Temas Contemporâneos Transversais e o ensino de Sociologia: reflexões da prática docente - 2023.

40 f.

Orientador: Profa. Dra. Marlise Amália Reinehr Dal Forno. Coorientadora: Profa. Ma. Yara Paulina Cerpa.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Campus Litoral Norte, Licenciatura em Ciências Sociais, Tramandaí, BR-RS, 2023.

1. Temas Contemporâneos Transversais. 2. BNCC. 3. Ensino de Sociologia. I. Dal Forno, Marlise. II. Temas Contemporâneos Transversais e o ensino de Sociologia: reflexões da prática docente.

ALINE STUMPF

**TEMAS CONTEMPORÂNEOS TRANSVERSAIS E O ENSINO DE
SOCIOLOGIA: REFLEXÕES DA PRÁTICA DOCENTE**

Trabalho de Conclusão de Curso, requisito para
obtenção do título de Licenciada em Ciências
Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Orientadora: Prof^a D.ra Marlise Amália Reinehr Dal
Forno
Coorientadora: Prof^a Ma. Yara Paulina Cerpa

Data de aprovação: 25/01/2023

Banca examinadora

Prof. Dr. Leandro Raizer

Prof. Dr. Daniel Gustavo Mocelin

AGRADECIMENTOS

Agradeço o apoio e compreensão da minha família, em especial ao meu marido Roger, à minha irmã Glauce e à minha musa inspiradora, que transformou a minha existência e me impulsionou a realizar este sonho, minha rainha Sofia.

Um agradecimento especial às orientadoras deste trabalho, pela gentileza, carinho e direcionamentos. Mesmo a distância, muitas vezes me senti abraçada por vocês. Obrigada professoras Marlise e Yara.

[...]

Tudo que bate é tambor

Todo tambor vem de lá

Se o coração é o senhor, tudo é África

Pois em prática, essa tática, matemática falou

Enquanto a terra não for livre, eu também não sou

Enquanto essa história de quem tá por vir, eu vou

Jantar com as menina enquanto germina o amor

É empírico, e onírico, meio pírico, meu espírito

Quer que eu tire de tua dor

Quer mil volta descarga de tanta luta

Adaga que rasga com força bruta

Deus, por que a vida é tão amarga?

Na terra que é casa da cana-de-açúcar

E essa sobrecarga fruto gueto

Embarga e assusta seu suspeito

Recarga que é igual a Jesus

No caminho da luz, todo mundo é preto

[...]

RESUMO

Este trabalho busca refletir sobre como os Temas Contemporâneos Transversais da BNCC podem ser relacionados com o ensino de Sociologia. Há fatores estruturais presentes na sociedade que, quando identificados dentro do contexto escolar, podem se transformar em uma situação de aprendizagem e tornar-se o eixo estruturador das práticas escolares. Desta forma, podemos pensar em formas efetivas de incluir os Temas Contemporâneos Transversais como eixos temáticos norteadores, e assim refletir e identificar o processo de construção dos padrões culturais que estabelecem relações de desigualdade nas camadas populacionais da sociedade brasileira, a partir de conceitos sociológicos como *desnaturalização* e *estranhamento*. O estudo bibliográfico, busca também, se debruçar sobre o ensino de sociologia, seus campos e subcampos como forma de desenvolver efetivamente e de forma aplicável em sala de aula os Temas Contemporâneos Transversais. De cunho qualitativo, o trabalho utiliza como metodologia a pesquisa bibliográfica, documental e a pesquisa etnográfica. Os resultados deste trabalho nos mostrou como os Temas Contemporâneos Transversais da BNCC podem ser relacionados com o ensino de Sociologia, a importância das Ciências Sociais também nos anos finais do Ensino Fundamental e como os TCTs podem ser desenvolvidos de forma teórica e prática, a partir de conceitos Sociológicos. Os eixos temáticos dos TCTs relacionados com o ensino de Sociologia, possibilitam a promoção de um ensino reflexivo, plural e que possibilite a desconstrução de padrões e formas de pensar.

Palavras-chave: Temas Contemporâneos Transversais. BNCC. Ensino de Sociologia. Práticas em sala de aula. Contexto escolar. Integração de Saberes.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC - Base Nacional Comum Curricular.

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.

ERER - Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

PNE – Plano Nacional da Educação.

TCTs - Temas Contemporâneos Transversais.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
3 OS TEMAS TRANSVERSAIS E A IMPORTÂNCIA DA SOCIOLOGIA NO ENSINO FUNDAMENTAL.....	22
3.1 PRÁTICAS EM SALA DE AULA E OS TEMAS TRANSVERSAIS	26
4. SOCIOLOGIA E A INTEGRAÇÃO DE SABERES.....	30
5 CONCLUSÃO.....	36
REFERÊNCIAS.....	40

1 INTRODUÇÃO

Sempre estive em contato com a literatura relativa à educação e ao ensino, mas, durante o período em que estudei para prestar concurso público para atuar como professora na rede de ensino pública, passei a ter contato profundo com a legislação educacional brasileira - que faz parte da bibliografia obrigatória. Nela, eu compreendi que as diretrizes da educação no Brasil estão voltadas para uma formação além do currículo e de conteúdos, é uma perspectiva voltada também para o aspecto formativo humano e cidadão e formação profissional. São diretrizes e bases muito profundas que ampliam a noção do que envolve a educação básica e o que se espera dela.

No entanto, a minha experiência na educação básica pública mostra que, na prática, essas orientações pouco se efetivam, tanto quando comecei a trabalhar nas redes pública estadual e municipal, e também mãe de uma filha que cursa ensino fundamental na rede pública municipal. O que observo na prática docente é uma segmentação conteudista, professores atarefados, submersos em burocracias, muitos anos de experiência, fazendo da mesma forma.

O planejamento das aulas se torna uma tarefa individual do professor responsável pela sua disciplina, hoje chamada de componente curricular, mas só a nomenclatura que mudou. Mesmo em escolas com planejamentos coletivos, os planos de aulas ainda são elaborados de forma solitária e as questões pertinentes à sociedade, como por exemplo, étnico-raciais ainda estão limitadas – quando estão presentes - a datas comemorativas, como 19 de abril e 20 de novembro, descontextualizadas, sem conexão com os problemas atuais e com a realidade das comunidades escolares.

Um exemplo prático que observo nas escolas em que atuei e atuo: as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental delimita e determina a abordagem de conteúdos para a formação da cidadania e sustentabilidade socioambiental, mas em aspectos relevantes como a ética ambiental, mudanças climáticas e consumo sustentável. Portanto, a educação ambiental é um conteúdo que deve estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, definido na Lei nº 9.795 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Porém, não é uma tarefa simples e muitas vezes acaba não sendo efetiva.

Abordada de forma superficial e sem conhecimento técnico adequado, pode causar até efeitos contrários, uma vez que legítimas práticas sem aprofundamento teórico, apenas para

cumprir uma obrigatoriedade, por exemplo, para utilizar materiais recicláveis, sem promover a reflexão e responsabilidade ambiental. Como Correia explica:

Os objetivos da educação ambiental são promover a aquisição de conhecimentos acerca dos fatores biológicos, físicos, socioeconômicos, de cuja interação o ambiente depende; promover atitudes de preservação do ambiente nos indivíduos; desenvolver nos membros das comunidades um sentido crítico para o exercício de uma cidadania responsável, que se traduza na participação ativa e empenhamento na resolução dos graves problemas ambientais que enfrentamos (CORREIA, 2014, p. 17).

Pensando em práticas integradoras e levando em consideração os aspectos que envolvem uma educação ambiental efetiva, precisamos buscar na prática em sala de aula uma concepção de ambiente como desenvolvimento sustentável, proporcionando desenvolvimento do senso crítico, propondo preferencialmente atividades que estejam inseridas dentro da realidade escolar e vivência dos alunos.

Essas minhas inquietações foram tomando proporções maiores, na medida em que eu, estudante de Licenciatura em Ciências Sociais, avançava no curso. Conforme ia me apropriando de autores, sociólogos, conceitos, minhas angústias iam aumentando mais, pois a realidade em sala de aula se mostra muito distante do que é considerado ideal. Além disso, as crises sanitárias e políticas nas quais nossa sociedade está profundamente emergida, aciona um sinal de alerta: polarizações, opiniões rasas sem fundamentos científicos que mobilizam massas, movimentos antivacina e antidemocrático, práticas racistas, homofóbicas e de intolerância religiosas naturalizadas de uma forma assustadora.

Durante o desenvolvimento do curso, tivemos contato mais aprofundado com a Base Nacional Comum Curricular - BNCC e os Temas Contemporâneos Transversais - TCTs, e pude perceber o quanto têm relação com o ensino de sociologia e, surgiu então, o desejo de refletir sobre propostas de atividades direcionadas também ao ensino fundamental, trabalhando o debate de temas transversais como: direitos humanos, legislação (ECA, LDB), aluno como sujeito de direitos, política, racismo, racismo estrutural, migração, ética ambiental, relações de consumo, consumo consciente e relações raciais, entre tantas outras temáticas extremamente relevantes.

Reflexões de uma metodologia de trabalho específica para trabalhar os temas, propostas de como preparar os professores nessa transversalidade, um programa que leve em consideração os aspectos do ensino de sociologia, interagindo e atuando no Campo e

Subcampo do Ensino de Sociologia de forma clara que possa nos dar uma direção de como podemos sair dessa névoa que cobriu a educação básica pública e que estamos andando em círculo no pós-pandemia.

Este trabalho, pretende, desta forma, refletir sobre o ensino de sociologia, seus campos e subcampos como forma de desenvolver efetivamente e de forma aplicável em sala de aula os Temas Contemporâneos Transversais.

Tentaremos assim, identificar fatores estruturais dentro da sociedade que justifiquem a atuação do profissional licenciado em Ciências Sociais nos anos finais do Ensino Fundamental além de professor do componente curricular Sociologia, utilizar de forma efetiva os temas transversais contemporâneos como eixos temáticos norteadores para refletir e identificar o processo de construção dos padrões culturais que estabelecem relações de desigualdade nas camadas populacionais da sociedade brasileira.

Assim como, promover a aquisição de conhecimentos acerca dos graves problemas ambientais que enfrentamos, relações de consumo e educação ambiental, utilizando os temas transversais como base para desenvolver um sentido crítico para o exercício de uma cidadania responsável, compreender os aspectos que vão além dos componentes curriculares da Educação Básica como eixos estruturantes de um ensino étnico-racial e multicultural.

Para isso, utilizaremos como metodologia de desenvolvimento do trabalho a pesquisa bibliográfica e o estudo documental, no qual teremos como recorte a análise de pesquisas já realizadas, materiais produzidos que relacionem ensino e TCTs, para que possam nos apontar caminhos e características em comum de possíveis metodologias de ensino integrando componentes curriculares e os TCTs. Além disso, utilizaremos a pesquisa etnográfica na qual realizaremos uma pesquisa “sobre os processos educativos, que analisam as relações entre escola, professor, aluno e sociedade, com o intuito de conhecer profundamente os diferentes problemas que sua interação desperta” (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p. 41).

O trabalho será organizado em quatro capítulos nos quais iremos discorrer pelos conceitos expostos no referencial teórico, um capítulo sobre a importância da Sociologia relacionada aos TCTs, subdividido na prática em sala de aula e um sobre a integração de saberes. Não posso silenciar o momento atual em que vivemos, que reflete na produção deste trabalho, e que tem relação com os desafios da educação, ampliados no período pandêmico, no qual as desigualdades entre os ensinos público e privado, entre as classes sociais brasileiras foram extremamente dimensionadas. O momento que faz com que as lágrimas caiam em meio aos dedos trabalhadores e digitantes... que o sentimento de aperto no peito sufocados por quatro anos que entrarão para história política mundial. Como viver um momento histórico e não se

emocionar? Este trabalho conta uma parte deste momento, das incertezas de uma pandemia, do medo da doença, dos “meus”, marcados pelo desemprego, pela preocupação e pela constante vontade de desistir. Não da vida, mas destas páginas.

Hoje, uma esperança ressurgiu, como um ponto de luz no fundo do túnel que nos guia para uma possível saída. Se será, ainda não sei, mas por hora, que bom que não desisti.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

São muitos os desafios da atuação docente na Educação Básica, especialmente na Ciências Sociais, que em função da carga horária no Ensino Médio ser muito baixa, os professores precisam atuar em várias escolas, deslocamento e baixa remuneração são empecilhos para atuação docente dos profissionais o que acaba por gerar um alto índice de professores que atuam na disciplina sem a formação adequada. Além disso, tanto a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, quanto a Lei de Diretrizes e Bases - LDB estão previstas a introdução de temas transversais às unidades curriculares presentes na Educação Básica.

Os Temas Contemporâneos Transversais deveriam ser os eixos estruturadores do currículo. As disciplinas curriculares deveriam girar em torno deles, tornando-se instrumentos de desenvolvimento da capacidade dos estudantes para pensar, compreender e manejar o mundo (BRASIL, 2019, p. 9).

Os Temas Contemporâneos Transversais na BNCC, são temas pensando na educação de uma forma mais ampla, não devem ficar restritos ao desenvolvimento de conteúdo, de forma técnica, e sim contextualizada, mais aberta de forma a desenvolver a autonomia dos alunos e que possa, na medida do possível, despertar a observação social com uma análise crítica para o convívio social e exercício da cidadania. Por sua vez, a LDB determina, de forma obrigatória, nos ensinos fundamental e médio, o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena (Art. 26), este tema é de extrema relevância na sociedade contemporânea brasileira. Analisando o contexto atual em que vivemos, em meio às crises econômicas, política e sanitária, percebemos uma polarização da sociedade, na qual as críticas e as denúncias de racismo, por exemplo, acabam sendo definidas como exagero por uma parte da população, que justifica de forma rasa e incoerente a tentativa de reparo da nossa história racista. É inegável o racismo na estrutura desigual da nossa sociedade, no vocabulário, na educação, o mesmo ocorre com a cultura indígena.

Refletindo sobre os temas transversais, vemos o quanto a legislação educacional brasileira é utópica e um dos grandes desafios é fazer com que elas possam se efetivar na prática, possam estar de fato presentes em sala de aula. O multiculturalismo se trabalhado de forma sistemática, transversal e contextualizada, pode minimizar situações como as que assistimos estarecidos recentemente, desde violência física (mortes), até atos racistas sob a

justificativa da liberdade de expressão.

Da mesma forma, há um movimento de debates na perspectiva de uma política de identidade, uma ruptura no modelo curricular que conhecemos, que podemos chamar de um modelo colonial, com a introdução de vozes e narrativas de grupos subjugados presentes na nossa história, que podemos chamar das relações pós-coloniais. Quer dizer, quando Silva (2001) diz que “as teorias social e educacional colocam no centro do mapa – educacional e curricular – uma política de identidade” (p. 185), ele ressalta pontos que já estão presentes na BNCC e na LDB, claro que de uma forma mais abrangente e incluindo outros movimentos sociais, quer dizer que estão no debate da educação contemporânea, mas ainda não estão presentes de forma efetiva nos currículos.

O que me leva a refletir que o ponto central neste momento é COMO, quais são os subsídios necessários para que os professores possam efetivamente trabalhar esses temas em sala de aula, para que a teoria possa tornar-se efetiva, aplicável e praticada. Há necessidade urgente de vencer as barreiras da teoria para que elas atinjam de forma efetiva a escola em todos os seus níveis e em todas as esferas: pública e privada, da educação básica à superior.

Outro ponto de destaque e que justifica a necessidade de reflexão a partir de conceitos sociológicos sobre os temas transversais e relevantes da sociedade, é o atual momento de crises política e sanitária em que vivemos. Das eleições de 2018 à pandemia de Covid, vimos assustadoramente o crescente contingente de informações falsas, montagens, inverdades etc.

Viviane Mosé¹ diz que já estamos vivendo a 3ª Mundial que é a guerra da informação, superar essa guerra, e combater de forma mais efetiva os dados impactantes de sermos o país que mais mata LGBTQI+, um dos países com os mais altos índices de feminicídio e de negros, trazendo o debate qualificado para dentro da escola e da comunidade escolar. Através de projetos envolvendo alunos e comunidade escolar, por meio de palestras, promoção de cursos etc.

A pandemia evidenciou os problemas da educação básica pública, e os professores precisam dar conta de recuperar conteúdos, de contornar os desafios de alfabetizar nos anos finais da educação básica, e assim, os temas transversais vão ficando de lado, ou inseridos nos planejamentos de forma superficial, para cumprir com as exigências.

¹Entrevista Tirando de Letra com a filósofa Viviane Mosé. Disponível em: <https://youtu.be/kTrddo56ACg>. Acesso em: 31 out. 2022.

A Sociologia é de extrema importância na medida em que desperta a observação social, o que pude evidenciar durante as minhas práticas em sala de aula, seja como professora regente de Língua Portuguesa, Ensino Religioso, Projeto de Vida e Artes, seja como estudante de Ciências Sociais, realizando estágio de docência em Sociologia, é que conseguir estabelecer relações entre a sociedade na qual o espaço escolar está inserido, por meio do estranhamento e da desnaturalização que são dois princípios básicos que devem nortear o ensino da sociologia, são formas que efetivam os temas transversais dentro da sua complexidade reflexiva.

Mocelin (2020) aborda a importância dos “exercícios de estranhamento e de desnaturalização como ferramentas para problematizar valores enraizados, traduzidos nas opiniões por meio de releituras destes a partir do distanciamento” (p. 60). São diretrizes que estão presentes nas Orientações Curriculares para o Ensino Médio e dão embasamento para que o ensino de Sociologia seja pautado dentro de temáticas sociológicas pertinentes e aplicando recursos pedagógicos que possibilitem reflexão e a relação ensino-aprendizagem de forma mais efetiva e conectada com a realidade.

Esta é uma questão que tem despertado meu interesse ao longo do curso e se transformou no tema de desenvolvimento deste trabalho. O ensino de sociologia é um movimento para pensarmos em uma disciplina que possibilite a reflexão e despertar a observação social, com uma análise crítica para o convívio social e exercício da cidadania, assim como estabelecer relações entre a sociedade na qual os espaços escolares estão inseridos.

Foram apresentadas diversas comunicações sobre experiências de ensino realizadas na disciplina de Sociologia/Ciências Sociais, a qual foi vista como um espaço privilegiado para reflexão, desnaturalização e estranhamento, mas também para reflexão de conteúdos clássicos das Ciências Sociais a partir de temas transversais como gênero e sexualidade. É o caso de conteúdos como socialização, família, trabalho, constituição, democracia, cidadania, educação, mídia e comunicação, raça, etnia, poder, movimentos sociais, etnocentrismo. Esta é uma poderosa ferramenta para a reflexão e desconstrução de modelos naturalizados de homem e mulher, de relações sociais assimétricas, violências contra minorias sociais, desigualdades e movimentos excludentes (MOCELIN, 2016, p. 108).

Como Mocelin (2016) apresenta, são muitas as possibilidades e campos de atuação de extrema relevância que o ensino de Sociologia possibilita, a abordagem de conceitos

sociológicos na educação possibilita pensarmos fora da caixa. Nesta proporção, penso que os Temas Contemporâneos Transversais podem ampliar ainda mais este fazer pedagógico, permitindo inserir outros componentes curriculares e saberes.

Essa forma de raciocínio é uma habilidade fundamentada no legado epistêmico, teórico e metodológico das Ciências Sociais, didaticamente transposto e processos educativos capazes de proporcionar aos cidadãos competências como autonomia intelectual atitude investigativa e disposição ao pensamento crítico-problematizador (MOCELIN, 2020, p. 58).

Desta forma, entendo que muitos são os desafios e não podemos romantizar que propostas curriculares passem a ser executadas de forma sistemática e engajada, interdisciplinares e atingindo os objetivos propostos. Mas, as inquietações que os debates, literaturas e propostas ao longo do curso, vem despertando meu olhar para mecanismos e ferramentas que aproximam as teorias. E que, se possível, elas sejam efetivadas em sala de aula.

A proposta aqui com atividades direcionadas ao ensino fundamental, trabalhando o debate de temas transversais como: direitos humanos, legislação (ECA, LDB), aluno como sujeito de direitos, política, racismo, racismo estrutural, migração, ética ambiental, relações de consumo, consumo consciente e relações raciais, entre tantas outras temáticas extremamente relevantes. Também para trabalhar com a comunidade escolar, pais e responsáveis, com ciclo de debates. Paulo Freire em um de seus relatos sobre a experiência na educação nos diferentes espaços em que atuou, explica como conseguiu aproximar a comunidade escolar da escola, dialogar e estreitar a relação:

Qual poderia ter sido o primeiro caminho que trilhei na tentativa de estabelecer um encontro entre a escola ou as escolas e as famílias? Foi a palestra, foi a exposição oral, foi o discurso sobre temas que eu admitia que seriam importantes para os pais [...] (p. 11).

Os temas transversais são os eixos temáticos que deveriam nortear os conteúdos de cada componente curricular. Deveriam, portanto, estar presentes, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo. No entanto, não é uma tarefa simples e muitas vezes acaba não sendo efetiva. Abordada de forma superficial e sem conhecimento técnico adequado, pode legitimar práticas sem aprofundamento teórico, apenas de forma

superficial, sem promover a reflexão e senso crítico. De acordo com Correia (2014): “verifica-se um enorme distanciamento entre o preconizado na literatura e a realidade das práticas nas escolas”(p. 18), esse abismo entre teoria e prática, legislação e espaços escolares, aponta o quanto ainda precisamos avançar para tentar modificar estes quadros.

A educação democrática cada vez mais se torna distante, especialmente se pensarmos nas desigualdades raciais. Recentemente o movimento *Coalizão Negra por Direitos* lançou um manifesto: *enquanto houver racismo não haverá democracia*, que acende novamente para as questões mais abrangentes do quadro da desigualdade no país. Como a população negra que está contemplada no artigo quinto Constituição Federal no qual diz que todos são iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza pode se sentir segura e amparada quando a realidade - os dados estatísticos apontam para extrema violência, descaso e falta de oportunidades.

Florestan já denunciava o mito da democracia sob a retórica da igualdade perante a lei. Mais ou menos como um retorno às origens: libertar os escravos sem direitos foi uma liberdade ilusória, sem opção de desenvolvimento da autonomia e estabelecendo uma relação de dependência do próprio sistema escravocrata. Uma igualdade que só existe na burocracia, que não leva em consideração os problemas raciais existentes e acaba por legitimar a desigualdade.

Na ânsia de prevenir tensões raciais hipotéticas e de assegurar uma via eficaz para a integração gradativa da “população de cor”, fecharam-se todas as portas que poderiam colocar o negro e o mulato na área dos benefícios diretos do processo de democratização dos direitos e garantias sociais. Pois é patente a lógica desse padrão histórico de justiça social. Em nome de uma igualdade perfeita no futuro, acorrentava-se o “homem de cor” aos grilhões invisíveis de seu passado, a uma condição subhumana de existência e a uma disfarçada servidão eterna (FLORESTAN, p. 309).

Assim vamos refletindo sobre o amplo universo que o racismo no Brasil cria, um universo que vai de vocabulário à penas mais duras aplicadas pela cor da pele ou classe social, um universo que marginaliza e polariza, mas as raízes são bem mais profundas. O Prof. Dr. Silvio Almeida tem abordado sobre o racismo estrutural e traz importantes conceitos sobre as desigualdades de oportunidades de trabalho:

O problema todo é quando a produtividade e a eficiência não podem ser invocados como fatores explicativos das diferenças salariais. E quando as estatísticas mostram que, independente da produtividade, pessoas de um determinado grupo social, como negros e mulheres, ganham salários menores? [...] Há anos inúmeras pesquisas têm demonstrado que a raça é um marcador determinante da desigualdade econômica e que direitos sociais e políticas universais de combate à pobreza e distribuição de renda que não levem em conta o fator raça/cor mostram-se pouco efetivas (ALMEIDA, 2018, p. 122).

Não apenas nas relações de trabalho se estabeleceu uma relação de desigualdade, culturalmente estas estruturas racistas e preconceituosas (machismo, homofobia etc.), estabeleceram uma naturalização generalizada. O nosso modo de viver, nossa cultura, são processos que foram construídos, naturalizados, assim como todas as estruturas de preconceito, racismo, homofobia, machismo que se firmaram na base cultural brasileira.

Sendo assim, precisamos construir uma nova realidade sociocultural, seja por meio do estranhamento, seja a partir de estímulos de uma perspectiva antirracista, pluricultural e abrangente, na qual a Educação Básica deve ser o principal “alvo”, como já prevê a legislação educacional (LDB e os temas transversais).

No entanto, a realidade em sala de aula se mostra distante de um cenário considerado ideal para a construção desta nova realidade. O que encontramos são professores atarefados, submersos em burocracias, muitos anos de experiência, fazendo da mesma forma, o planejamento se torna uma tarefa individual do professor responsável pela sua disciplina. Mesmo em escolas com planejamentos coletivos, os planos de aulas ainda são elaborados de forma solitária e as questões étnico-raciais ainda estão limitadas – quando estão presentes - a datas comemorativas, como 19 de abril e 20 de novembro, descontextualizadas, sem conexão com os problemas atuais e com a realidade das comunidades escolares.

Sabemos que a interdisciplinaridade é parte integrante de um ensino plural, mas ainda encontramos muita resistência e falta de motivação. Muitas vezes ficam os questionamentos: os professores realmente acreditam na necessidade de um ensino antirracista, na reflexão étnico-racial, nos temas transversais e no multiculturalismo? Ou é uma perspectiva considerada relevante e abordada apenas por professores negros, LGBTQIA+ e indígenas?

A proposta de atividades pedagógicas dentro do cronograma escolar que propõem aos alunos encontrar representação das diversidades em textos e imagens, que possibilitem despertar o imaginário dos alunos para a observação social, para o olhar do outro em sua plenitude, para o pensamento crítico, através da reflexão, deveria estar presente na prática

docente. Sabemos que muito se faz, e, infelizmente, ainda se faz como pode, o que dá para ser feito, com os poucos recursos disponíveis. Mas é pouco. Freire, já há muito tempo questiona padrões pré-estabelecidos e elucida sobre as questões da diversidade:

É próprio do pensar certo a disponibilidade ao risco, a aceitação do novo que não pode ser negado ou acolhido só porque é novo, assim como o critério de recusa ao velho não é apenas o cronológico. [...] Faz parte igualmente do pensar certo a rejeição mais decidida a qualquer forma de discriminação. A prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia (FREIRE, 2004, p. 35-36).

Sendo assim, a abordagem de conceitos sociológicos na educação é de extrema importância. As diferenças significativas entre as classes sociais, que se polarizam, com a falta de oportunidades educacionais. Reconhecer as diferenças culturais da sociedade e questionar quais são os papéis dos jovens na sociedade deveriam fazer parte da educação contemporânea. Diante do crescimento expressivo do feminismo, deve ser papel exclusivo da mulher as tarefas domésticas? O homem precisa ser o principal responsável pelos proventos da família? Estes são papéis definidos culturalmente há muito tempo e precisam ser questionados diante da comunidade escolar, a observação social com uma análise crítica para o convívio social e exercício da cidadania, habilidades de mediar conflitos pelo diálogo etc. Não é simplesmente análise de fatos históricos sociais, mas a capacidade de interagir criticamente com o passado e com a realidade da sociedade a qual estamos inseridos.

Por sua vez, dentro das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental delimita e determina a abordagem de conteúdos para a formação da cidadania e sustentabilidade socioambiental, em aspectos relevantes como a ética ambiental, mudanças climáticas e consumo sustentável. Porém, mais uma vez o que vemos na prática são atividades limitadas a datas comemorativas - dia da água, dia do planeta etc. - ou na produção com materiais reciclados, mas mais uma vez, geralmente são atividades descontextualizadas, sem conexão com os problemas atuais e com a realidade ambiental, outro importante aspecto que poderia ser absorvido dentro da perspectiva sociológica.

Krenak (2020) amplia o debate em relação à humanidade da humanidade:

A ideia de que os brancos europeus podiam sair colonizando o resto do mundo estava sustentada na premissa de que havia uma humanidade obscurecida, trazendo-a para essa luz incrível. **Esse chamado para o seio da civilização sempre**

foi justificado pela noção de que existe um jeito de estar aqui na Terra, uma certa verdade, ou uma concepção de verdade, que guiou muitas das escolhas feitas em diferentes períodos da história. Agora no começo do século XXI, algumas colaborações entre pensadores com visões distintas originadas em diferentes culturas possibilitam uma crítica dessa ideia. Somos mesmo uma humanidade? (p. 11-12) [grifo nosso].

A naturalidade na qual Krenak aborda as questões contemporâneas de forma simples e objetiva, encantam. E assim que deve ser, muitas vezes nós professores inseridos nos espaços escolares de convivência com outros professores, escutamos: educação se traz de casa, escola não é depósito, não sou eu quem vou educar se os pais não educam, etc. Esses discursos precisam ser superados. E essa perspectiva que o Krenak traz pode nos ajudar, afinal crescemos em uma sociedade culturalmente consolidada com racismo estrutural, com desigualdades gigantescas e com importantes instituições e corporações que legitimam uma humanidade totalmente desumana, desconectada com o meio ambiente e que respalda a degradação sob a retórica de uma sustentabilidade que não existe de fato.

Como uma geração vai conseguir ver além das mensagens que o sistema emite para se manter e gerar lucro, se a educação não liberta? Existe, afinal, um único jeito de viver em sociedade? Ou podemos conviver harmoniosamente, trocando experiências e aprendendo com a diversidade?

Preparar as novas gerações para conviver, partilhar e cooperar no seio das sociedades democráticas e solidárias obriga a planejar e desenvolver propostas curriculares que contribuam para reforçar esse modelo de sociedades. Isto implica em converter as salas de aula em espaços nos quais os conteúdos culturais, habilidades, procedimentos e valores imprescindíveis para construir e aperfeiçoar esses modelos sociais são submetidos à análise e reflexão sistemática, e são praticados. Tudo isso faz com que as propostas curriculares permitam que alunos e alunas descubram os condicionamentos sociais, culturais, econômicos, políticos e militares do conhecimento que circula em cada sociedade (SANTOMÉ, 1988, p. 7-8).

Não podemos exigir que em um passe de mágica a realidade das propostas curriculares passem a ser executadas de forma sistemática e engajada, precisamos, urgentemente, atuar como agentes que aproximam as teorias e que elas sejam efetivadas em sala de aula em todas as instituições de ensino da Educação Básica. Reflexões e artigos, redes de pesquisa que atuam

dentro do Programa de Pós-Graduação não são suficientes, precisamos garantir capacitação docente, ouvir os docentes e apontar como faremos essa construção. Dar voz às vozes invisibilizadas, como mencionamos anteriormente, construir uma nova realidade sociocultural, seja por meio do estranhamento, seja a partir de estímulos de uma perspectiva antirracista, pluricultural e abrangente.

3 OS TEMAS TRANSVERSAIS E A IMPORTÂNCIA DA SOCIOLOGIA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Como Veiga-Neto (2003) diz que é depositado na educação a responsabilidade pela tão sonhada mudança comportamental social, “missão salvacionista ou que ela tem, por si mesma, o papel de formar moralmente os indivíduos (p. 104)”. E muito se discute qual o papel do ensino na educação básica? O discurso majoritariamente presente nas escolas nos espaços de socialização docente é que à família é atribuído o papel de educar no âmbito moral da questão, disciplinar e dar limites.

Mas a pergunta que faço é: e quando a família, ou as famílias, não o fazem? Esse contingente de crianças e adolescentes viverão à margem de uma educação libertária e que possibilite oportunidades de transformação? Estarão elas destinadas a reproduzir a pobreza, marginalização e falta de oportunidades de crescimento pessoal e profissional do entorno em que vivem? Como podemos promover uma educação que possa chegar a todos os alunos?

Obviamente aqui não chegaremos a uma resposta, até porque não é uma resposta, é um caminho que certamente culminaria em uma reforma na educação, especialmente dentro de uma perspectiva curricular na qual muitas vozes são invisibilizadas na nossa história, essa reforma precisa ter como base o currículo que ainda é muito eurocentrista e branco. Enquanto essa reforma majoritária e necessária não acontece, podemos somar forças entre a Sociologia e os TCTs, entender o espaço no qual a escola está inserida, seus problemas, suas questões e pensar em metodologias de ensino que possam dar conta das questões sociais envolvidas, ou que pelo menos possam ser abordadas de forma contextualizada e reflexiva.

O estudo das Ciências Sociais a partir das instituições sociais, que são as entidades responsáveis pela socialização (família, religião, escola etc.), mostra como se configura as relações sociais, assim como elas funcionam. Nesta análise da sociedade, Marques (2014) explica a função da escola:

Mais que letrar as pessoas e transmitir saberes de diversas disciplinas, a escola tem como objetivo primordial transmitir os valores e normas, estimular a convivência social, e aprimorar o trabalho coletivo [...]. Fica clara a ideia de que não podemos pensar a educação e a escola dissociadas de seu contexto social, portanto, mais que transmitir conhecimentos teóricos e práticos, a escola precisa preparar os alunos para a vida em sociedade (MARQUES, 2014, p. 66).

A Sociologia da Educação, por sua vez, tem um amplo debate educacional: “não é possível pensar a educação sem levar em consideração as condições sociais dos indivíduos e a reprodução ou questionamento das políticas dominantes. É isso o que a Sociologia da educação ajuda a fazer” (MARQUES, 2014, p. 4).

Então, a educação ou o ato de educar, ou analisar a instituição social escola não é uma tarefa simples. São muitas redes conectadas que se interligam e lá na ponta, estão os alunos e a escola (professores, equipe diretiva, funcionários, famílias), perdidos, andando em círculos, por vezes se chocando. Se de um lado temos uma cultura de reprodução do capital simbólico da classe dominante (BORDIEU), que sob a alegoria da meritocracia vai crescendo e esmagando as classes mais baixas, sem muitas possibilidades de modificação da realidade. De outro, temos um cenário pós-pandêmico caótico, mas que por muito tempo ainda conseguia reproduzir bons resultados. Como hoje, podemos lidar com esse cenário caótico e tentar aumentar os bons resultados produzidos?

Para a corrente marxista, a escola acaba se tornando um instrumento potencializador das desigualdades sociais e das classes dominantes, e dentro da análise das instituições sociais, o marxismo entende a função da escola pelo caráter transformador e emancipatório. Assim como Paulo Freire, que disserta muito sobre a escola como uma reprodução da ideologia dominante em várias de suas obras:

Mas se, do ponto de vista crítico, não é possível pensar sequer a educação sem que se pense a questão do poder; se não é possível compreender a educação como uma prática autônoma ou neutra, isto não significa, de modo algum, que a educação sistemática seja uma pura reprodutora da ideologia dominante. As relações entre a educação enquanto subsistema e o sistema maior são relações dinâmicas, contraditórias e não mecânicas. A educação reproduz a ideologia dominante, é certo, mas não faz apenas isto. [...] Na medida em que compreendemos a educação, de um lado, reproduzindo a ideologia dominante, mas, de outro, proporcionando, independentemente da intenção de quem tem o poder, a negação daquela ideologia (ou o seu desvelamento) pela confrontação entre ela e a realidade (como de fato está sendo e não como o discurso oficial diz que ela é), realidade vivida pelos educandos e pelos educadores, percebemos a inviabilidade de uma educação neutra. O fato do educador não ser um agente neutro não significa, necessariamente, que deva ser um manipulador. A opção realmente libertadora nem se realiza através de uma prática manipuladora nem tampouco por meio de uma prática espontaneísta. A manipulação é castradora por isso autoritária. O espontaneísmo é licencioso, por isso irresponsável. **O que temos de fazer, então, enquanto educadoras ou**

educadores, é aclarar, assumindo a nossa opção, que é política, e ser coerentes com ela, na prática. (FREIRE, 1986, p. 28-29) [grifo nosso].

Sendo assim, é na prática e pela prática que precisamos romper com a reprodução de padrões e estruturas dominantes. Butler explica: “de fato, a norma somente persiste como norma enquanto é atualizada na prática social e reidealizada e reinstituída durante e ao longo dos rituais sociais cotidianos da vida corporal” (2014, p. 262).

Voltamos ao questionamento do início deste capítulo, entendendo a escola como função social, mas em um contexto pós-pandêmico, muitas vezes marginalizado pelo entorno, pela vulnerabilidade social e pelo adoecimento psicológico. Dentro da estrutura limitante que ela tem, na esfera pública com interferências políticas a cada troca de mandato, como podemos usar a prática a favor desta prática?

O ensino de sociologia desde o ensino fundamental poderia ser um pequeno espaço para desenvolvimento desta prática, que talvez seria mais próxima de uma pedagogia libertadora (LIBÂNEO, 2003), mas como não é um componente curricular obrigatório no ensino fundamental, a maioria das escolas não oferecem na estrutura dos anos finais. E além disso, é muito pouco, insuficiente, precisaríamos de uma mobilização maior, como falamos antes, de uma reforma profunda, curricular e estrutural.

Mas são os pequenos movimentos que nos levam até a chegada. Os TCTs e o ensino de sociologia, desde o ensino fundamental, poderia auxiliar em importantes questões e temáticas atuais.

A escola tem papel essencial na formação da conscientização. Os movimentos sociais passam pela escola no sentido de que os professores devem discutir com os alunos as principais mudanças sociais, as suas motivações históricas, estratégias de transformação. Mais do que ensinar teorias, a escola ajuda a formar a intelectualidade, a capacidade de argumentação, o senso crítico, a autonomia de pensamento e uma postura ativa diante dos nossos deveres e direitos. (MARQUES, 2014, p. 85).

Desta forma, reiteramos a importância de uma educação transformadora, mas enquanto ela não se transforma para poder transformar - afinal ninguém pode oferecer o que não tem... - tentaremos elencar, reflexões de como nós professores podemos trabalhar nesta perspectiva de uma pedagogia que Libâneo (2003) chama de libertadora, nas condições reais que temos agora, na estrutura educacional pública brasileira e utilizando a legislação

vigente como base, relacionando com o ensino de Sociologia.

3.1 PRÁTICAS EM SALA DE AULA E OS TEMAS TRANSVERSAIS

A profa. Gládis Kaercher na aula aberta do *Curso como educar para a Equidade Racial*², explica como devemos atuar no processo educativo para a equidade racial, e o primeiro passo é que professores e equipe diretiva/pedagógica tenham conhecimento proficiente da legislação para implementação da EREER (Constituição Federal, LDB, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Africana, PNE etc.). Outro elemento importante é um currículo que dê embasamento para uma educação antirracista, com bibliografia de autores brasileiros e negros, ressaltar a contribuição da população negra brasileira para formação da sociedade, cultura, saberes e conhecimentos.

A escola precisa estar próxima das Universidades, onde a pesquisa e a produção acadêmica acontecem. Cabe aqui ressaltar que a oportunidade de conhecer o trabalho desenvolvido pela profa. Gládis Kaercher foi através de um intercâmbio entre a Unisinos e diversos municípios da região do Vale do Rio dos Sinos. Além do trabalho dela, tivemos oportunidade de socializar planos de aula, práticas pedagógicas e diversos materiais para equidade racial na educação básica, inclusive uma cartilha sobre racismo produzida pela defensoria pública.

Saberes necessários que precisamos para uma educação que vai buscar na prática o combate ao racismo e a equidade racial, como a profa. Gládis explica “corrigir as assimetrias étnico-raciais na educação dentro da escola”. Ela ainda explica que se faz necessário uma prática importantíssima: a mediação dos conflitos racistas. A intervenção na hora do ato, para que o sujeito que sofre o racismo saiba que não está sozinho, assim como o sujeito que pratica o ato será sinalizado de que este comportamento não é adequado e muito menos aceitável, seja ele onde for, mas especialmente em sala de aula. Ela ainda explica detalhadamente como agir

²Profa. Dra. Gládis Kaercher. Aula aberta do curso “Como Educar para a Equidade Racial”. Disponível em: https://youtu.be/MP_4dCmA6nA. Acesso em: 25 nov. 2022.

o professor e a equipe diretiva, refletindo sobre práticas ultrapassadas que incluem palestras longas constrangedoras e pedidos de desculpas forçados. Assim, acabei me preparando para uma intervenção no 6º ano.

Despretensiosamente, como um passarinho que avista de seu voo uma minhoca, inseri os temas transversais em minhas aulas de Língua Portuguesa. Presenciei, na minha frente, com meus olhos e ouvidos de testemunhas, uma prática de racismo - falo isso, porque na prática docente “ouvimos” muitas queixas, mas muitas vezes não as presenciamos de fato.

Junto com os aprendizados que a profa. Gládis transmitiu e acesso aos diversos materiais, pude elencar as prioridades e organizar meu planejamento de ação. Obviamente, após encaminhar os responsáveis à direção, pedi que os pais ou responsáveis fossem comunicados, inclusive da vítima. Decidi não fazer mais do mesmo, e busquei inserir a temática que gerou um importante conflito em minha aula, transversalmente no conteúdo de Língua Portuguesa.

Algumas das habilidades prevista para desenvolvimento no trimestre em que ocorreu este fato, são relacionadas com produção textual (EF06LP05, EF06LP11, EF06LP36) e especialmente: EF06LP19 “realizar levantamento de questões, problemas que requeiram a denúncia de desrespeito a direitos, reivindicações, reclamações, solicitações que contemplem a comunidade escolar ou algum de seus membros e examinar normas e legislações”.

Então, na parte da seleção de textos para leitura e vídeos, além da etapa de produção de pequenos textos, a escolha do gênero textual teve relação com o TCTs *Multiculturalismo: Diversidade Cultural; Educação para valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais Brasileiras*. E, em parte, o TCTs *Cidadania e Civismo: Educação em Direitos Humanos, Direitos da Criança e do Adolescente*.

Utilizamos como etapa de pré-leitura o debate sobre os Direitos Humanos, Constituição Federal e ECA, no que diz respeito sobre liberdades e direitos fundamentais, foi muito rico, pois a injúria racial proferida teve relação com o cabelo, então aproveitamos o Pequeno Manual Antirracista da Djamila Ribeiro para tratar questões de vocabulário, sobre empatia e constrangimento quando emitimos nossa opinião, tentando relacionar com os limites entre liberdade e os direitos fundamentais.

Na etapa de leitura, selecionei o livro “Meu crespo é de rainha”³, da bell hooks, e, em outro momento, o vídeo do canal do Youtube “O Pequeno Herói Preto”⁴ e como parte pós-

³ hooks, bell. *Meu crespo é de rainha*. São Paulo: Boitatá, 2018.

⁴ O Pequeno Herói Preto - O espetáculo. Disponível em: <https://youtu.be/5pMzYFhYG8E>. Acesso em: 25 nov. 2022.

leitura, a proposta de produção de um pequeno texto. Sei que não cabe aqui o detalhamento de um planejamento de outro componente curricular. Mas, cabe sim e muito, ressaltar que, durante todo o processo, que durou algumas semanas, fiz uso de conceitos sociológicos, como desnaturalização e estranhamento para abordar as temáticas que envolveram o conflito racial dentro da sala de aula, para reconhecer entre a turma que houve um conflito social existente e refletir sobre ele, criando possibilidades de construir novas realidades a partir da apropriação individual dos conceitos desenvolvidos. Não somente individual, mas coletivamente também, enquanto turma, promover a mudança de atitudes nas suas relações e interações. Como Lourenço explica sobre as relações e estruturas sociais a partir da Sociologia:

A Sociologia é um meio de se pensar a realidade social, contudo não o único. Ela lida com as relações, os processos e as estruturas sociais. A interação social é o momento primordial na gênese e reiteração do social. Todo fato social caracteriza-se por ser um nexos de relações sociais. São as relações, desdobrando-se em processos e estruturas, que engendram a especificidade do social. O homem se constitui como ser social no mesmo processo por meio do qual se constitui a sociabilidade (LOURENÇO, 2008, p. 69).

Desta forma, os TCTs podem servir para conectar os conteúdos e habilidades que precisamos dar conta nos componentes curriculares, sendo utilizadas de acordo com a realidade na qual aquela turma está inserida, no contexto daquele momento, que surge, que emerge de situações, interações etc. Ampliando, sempre que necessário, os importantes eixos temáticos da sociedade atual, que fazem parte dos TCTs: Meio ambiente, Ciência e Tecnologia, Economia, Saúde, além de Multiculturalismo e Cidadania e Civismo, que já foram comentados.

O relato que trouxe ocorreu em uma escola pública municipal de ensino fundamental, no 6º ano. No entanto, o componente curricular Sociologia está restrito apenas ao ensino médio, não foi um episódio isolado, é uma prática recorrente em todos os espaços de socialização da escola.

Em releitura das OCEM-Sociologia, Moraes e Guimarães (2010) reiteraram que o ensino escolar da Sociologia envolve dois princípios inter-relacionados. O princípio epistemológico, que embasa o processo pedagógico específico da disciplina, elege o desenvolvimento, por parte dos educandos, das habilidades de “estranhar” e de “desnaturalizar” a realidade social imediata: “a Sociologia oferece ao aluno ‘modos de pensar’ ou reconstrução e desconstrução de modos de pensar” (MORAES, 2020, p. 260 apud MOCELIN, 2021, p. 69).

O ensino de sociologia restrito apenas ao ensino médio é uma perda significativa na ação, inter-ação e interação no processo ensino-aprendizagem no universo escolar, pois desde a educação infantil encontramos questões relevantes ao Ensino de Sociologia e que especialmente nos anos finais do Ensino Fundamental poderiam ser desenvolvidas de forma teórica e prática, a luz da Sociologia.

4. SOCIOLOGIA E A INTEGRAÇÃO DE SABERES

Pensar em TCTs de uma certa forma é pensar na integração de saberes, muito atual no debate do ensino na Educação Básica, mas um pouco distante da realidade, devido à complexidade de se colocar em prática. Afinal temos uma receita de bolo de como a escola funciona e assim é há muito tempo. Como mencionamos no capítulo 1, o planejamento e a atuação docente nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio geralmente é uma tarefa solitária, mesmo em escolas que têm planejamento coletivo. Por isso, neste contexto atual - já que a nossa proposta aqui é pensar em soluções imediatas, com o que temos neste momento -, utilizar os TCTs como uma ferramenta de integração de saberes é uma alternativa viável.

Temas como direitos humanos, legislação (ECA, LDB), aluno como sujeito de direitos, política, racismo, racismo estrutural, migração, ética ambiental, relações de consumo, consumo consciente e relações raciais, mobilidade urbana entre tantas outras temáticas extremamente relevantes, que permitem facilmente articular os conteúdos entre os componentes curriculares, em uma perspectiva de integração de saberes.

Novamente, pensando em um ideal futuro, o professor de sociologia poderia ter um engajamento especial, como fazer planejamento mensal dos temas em que irá trabalhar com as turmas e disponibilizar para os demais professores. Assim, é possível que os demais componentes curriculares possam aplicar estes temas em suas disciplinas, trocar ideias e montar um planejamento integrado e interdisciplinar.

Nas escolas que têm planejamento coletivo, neste momento o professor socializa os temas para que juntos possam debater e integrar estes temas nos demais componentes curriculares, especialmente se programando em datas importantes como dia das mulheres, semana indígena, dia da água, semana do meio ambiente, consciência negra etc., para que datas importantes não sejam trabalhadas isoladas, desconectadas, de forma superficial.

Sabemos que não existe um modelo pedagógico único de atuação dos TCTs, mas sim há possibilidade de diferentes propostas que serão delineadas a partir do contexto, do ano de ensino e perfil dos alunos. O profissional licenciado em Ciências Sociais pode ter uma “vantagem” na tomada de decisão docente para a construção de planejamentos de forma transversal, uma vez que, durante o curso, teve embasamento teórico, exercício de práticas que refletiam como atuar nos campos e pelos campos e subcampos do ensino de Sociologia, que estão de uma certa forma muito próximos com os eixos temáticos do TCTs.

Obviamente que o debate acerca do ensino de sociologia é mais complexo, questões de currículo e finalidade da Sociologia são conceitos amplos, inerentes ao ensino e que dialogam entre si. Mocelin (2020) ao debater entre as práticas curriculares do ensino de sociologia, aborda uma concepção sobre a *Sociologia viva*:

Uma “Sociologia viva” se opõe a uma Sociologia morta. O que está vivo cresce e se desenvolve. Não é estático, mas dinâmico. Tem por propriedade existir e estar em transformação. **Segue um caminho hoje, outro amanhã, sem perder pelo percurso a sua essência. Muda de lugar, sem se desprender da sua história.** Continua acumulando experiências. Nesse sentido, entende-se por “Sociologia viva” aquela que contribui com as inúmeras possibilidades de trajetória que podem ser seguidas por estudantes do Ensino Médio, **sem a ambição de torná-los protótipos de sociólogo nem ativistas políticos**; trata-se da Sociologia que ensina aspectos de seu arcabouço teórico-metodológico e conceitual **de maneira pragmática, com foco na prática, de modo a contribuir com o desenvolvimento de qualquer percurso pessoal, profissional ou político, que seja útil à formação de todos, independentemente de suas características, perfil, escolhas, valores e identidades** (MOCELIN, 2020, p. 68) [grifo nosso].

Considero muito interessante esta concepção de *sociologia viva* que Mocelin aborda e que vem corroborar com a reflexão que propomos neste trabalho, nas relações entre TCTs e o ensino de Sociologia. As Ciências Sociais é uma Ciência como qualquer outra, não tendo como função a transformação da sociedade, e aqui não temos a pretensão de tentar atribuir um caráter funcional a Ciências Sociais e ao componente curricular Sociologia, mas refletir o quanto o ensino de sociologia e os TCTs dialogam e interagem entre si, ampliando o campo de atuação docente. Os trechos que destacamos na citação são bem relevantes, o fazer pedagógico ampliando o debate das questões que são pertinentes à sala de aula, ao perfil da turma, ao entorno e ao contexto da escola, de forma transversal relacionada com o componente curricular **de forma que seja útil à formação de todos.**

Vejamos que mesmo que precisamos atender uma série de habilidades dentro dos bimestres ou trimestres que compõem o ano letivo, a partir do momento que identificamos um ponto em comum, podemos programar como desenvolver estas habilidades, se possível de forma integradora com os demais componentes curriculares, como forma de consolidar de forma uníssona os pontos de maior atenção.

Mocelin (2021) disserta em seu artigo sobre a prática do ensino de uma Sociologia Viva, “buscando proporcionar exercícios de estranhamento e desnaturalização” (p. 80), são práticas majoritariamente presentes em professores licenciados em Ciências Sociais, ressaltando, assim, mais uma vez, a relevância do profissional com formação adequada atuando na disciplina de Sociologia. Além disso, evidenciar a falta da disciplina e que pudesse compor também a estrutura curricular dos anos finais do Ensino Fundamental, produzindo um espaço de socialização de questões importantes dentro de uma faixa etária que vivencia bullying, racismo, preconceitos diversos, mas na qual o componente curricular não está presente, questões que poderiam ser abordadas dentro de uma perspectiva do estranhamento e desnaturalização, proporcionando a desconstrução de padrões, compreensão da realidade social e possibilidades de criar novas formas de pensar e lidar com estas vivências. Mocelin (2021) destaca:

Tanto que os professores licenciados em Ciências Sociais, considerando aqueles que possuem maior entendimento dos princípios das diretrizes curriculares, atribuem à Sociologia a finalidade de instrumentalizar o educando para uma compreensão mais esclarecida sobre a lógica dos fatores que dinamizam a realidade e as transformações sociais, fazendo uso de forma mais recorrente da prática da pesquisa, o que possibilita problematizar. Para a maior parte desses professores, a Sociologia não procura orientar a ação do estudante, mas antes se propõe a auxiliar na “compreensão sociológica”, que por sua vez, poderá (re)orientar a ação do educando (p. 83).

Complementando a importância do ensino de sociologia, Moraes (2020), explica que por meio dos princípios da *desnaturalização e estranhamento* que norteiam a Sociologia:

A Sociologia oferece ao aluno “modos de pensar” ou reconstrução e desconstrução de modos de pensar. É possível, observando as teorias sociológicas, compreender os elementos da argumentação- lógicos e empíricos - que justificam um modo de ser de uma sociedade, classe, grupo social ou comunidade (MORAES, 2020, p. 260).

Estes princípios da Sociologia são fundamentais para a construção de novas realidades, da mesma forma que os padrões culturais estabelecidos e transmitidos por gerações na sociedade brasileira, como por exemplo o racismo, a partir do exercício de se

afastar de fatos sociais de forma analítica ou pela introdução da pesquisa, permite uma ruptura neste ciclo, mesmo que de forma isolada e pequena. No “Dicionário do Ensino de Sociologia”, no verbete Metodologias, Brunetta disserta também sobre a relevância destes conceitos:

As diretrizes curriculares de âmbito federal (Base Nacional Comum Curricular, BNCC) e estadual (Propostas Curriculares) também condicionam a metodologia de ensino de Sociologia. Atualmente, a implementação de um currículo nacional está em processo, embora outros documentos, a exemplo das Orientações Curriculares para o Ensino Médio (2006), ainda permanecem válidos e com presença marcante na conformação do fazer pedagógico, especialmente quanto à definição das noções de estranhamento e desnaturalização como pilares do ensino de Sociologia na educação básica (BRUNETTA, 2020, p. 231).

A escolha de metodologias adequadas em todo o contexto escolar e sua relação com o ensino são fundamentais para que se tenha definido os objetivos a serem alcançados e quais serão as estratégias utilizadas para que eles possam de fato ser atingidos. Trazer esta questão aqui na seção da integração de saberes, é uma forma de reforçar o ponto que, durante a inserção dos TCTs nos diversos componentes curriculares dos anos finais do Ensino Fundamental, a Sociologia faz toda a diferença, porque engloba uma série de conhecimentos e conceitos sociológicos fundamentais para se pensar nos eixos temáticos definidos pela BNCC.

Assim como ter um professor de Sociologia – com a formação adequada – no quadro docente das escolas que oferecem Ensino Fundamental nas redes de ensino, possibilitaria um planejamento coletivo dos TCTs de forma mais adequada às diretrizes propostas na BNCC, incorporando os conceitos sociológicos de forma integradora com os demais componentes curriculares, possibilitando que os TCTs não sejam reduzidos às datas comemorativas dos calendários escolares e sem uma reflexão com objetivos a serem alcançados.

Sabemos que a escola atua também como função social, e no contexto pós-pandêmico onde as desigualdades estão ainda mais dimensionadas, a escola, muitas vezes marginalizada pelo entorno, pela vulnerabilidade social e pelo adoecimento psicológico, torna-se um ambiente inóspito e improdutivo, reproduzindo padrões e transferindo conteúdo.

Como Brunetta (2020) explica que a teoria e a prática precisam ser constantemente associadas e interligadas:

Os trabalhos produzidos no subcampo ensino de Sociologia reverberam a amplitude de dimensões que a temática da metodologia de ensino de Sociologia enseja e buscam conciliar uma reflexão teórica com proposições didáticas, garantindo a indissociabilidade entre teoria e prática (BRUNETTA, 2020, p. 231).

Utilizamos muito a palavra possibilidades, e isso ocorre de forma intencional, uma vez que dentro dos espaços de aprendizagem escolar não temos como prever resultados e justamente o que se pretende construir a partir do ensino de Sociologia são possibilidades de novas formas de pensar, de observar a sociedade e nela intervir.

Nos artigos publicados na última década identificam-se duas vertentes de interesse. Uma delas é responsável por problematizações de caráter abrangente, que analisam criticamente os sentidos da Sociologia na educação básica e o direcionamento didático da prática docente; cotejam a prática docente a partir de observações do trabalho desenvolvido por professores efetivos, estagiários e pibidianos; dimensionam a mudança geracional das práticas docentes; discutem o ensino de Sociologia e a educação popular, enfatizando o compromisso político do ensino de Sociologia frente às desigualdades sociais; constroem a crítica sociológica às concepções pedagógicas transplantadas por iniciativas governamentais, desvelando modismos pedagógicos, entre tantos outros (BRUNETTA, 2020, p. 232).

Assim, como no relato pessoal que identifiquei anteriormente, a partir de uma situação concreta utilizamos os TCTs e com auxílio dos conceitos sociológicos, tentar desconstruir padrões, quebrar reproduções de padrões e identificá-los de forma clara e objetiva.

Já a integração de saberes, por sua vez, pode ter uma conexão por um olhar a partir destas que podemos identificar como “situações de aprendizagem” (SILVA; BEHAR, 2022). Ou seja, os demais componentes curriculares ligados por uma temática em comum - TCTs -, desenvolvem planejamentos que possam dar conta dos conteúdos, não o contrário.

Segundo Méndez e Sacristán (2011) as competências representam o saber, o saber fazer e o ser, teoria e prática, conhecimento e ação, reflexão e ação. Isso significa uma mudança no enfoque conhecimento: de o que saber ao como saber. Na prática faz com que seja necessário rever os princípios educacionais e metodológicos, através do currículo, do planejamento, das atividades e da forma de avaliação. Assim, subverte-se a lógica de aprendizagem, não são mais os conteúdos que devem ser o ponto de partida, mas as competências através de situações de aprendizagem (SILVA; BEHAR, 2022, p. 5).

Desta forma, a Sociologia é de extrema importância na educação básica, e amplia sua relevância na medida que amplia as possibilidades de integração de saberes, podendo ser a partir dela o movimento da integração, dialogando entre os componentes curriculares através dos TCTs.

5 CONCLUSÃO

Vivemos tempos difíceis, sempre vivemos, mas agora vivemos um perigo constante por apenas existir. A crescente onda de nacionalismo e patriotismo universal, em especial aqui no Brasil, tem aberto as portas, escancarando os preconceitos, o ódio para todos verem. Por um lado, é positivo, pois assim as máscaras caem, mas por outro, vivemos o perigo da institucionalização da intolerância, porque as portas se abriram de forma abrupta e ocuparam muitos espaços, inclusive os de poder.

Aliado a tudo isso, vivemos uma iminência de uma nova grande guerra com uso de armas nucleares de grande potência destruidora, talvez inimaginável. E o que isso tem relação aqui? Com uma simples estudante que buscou refletir sobre uso de uma parte da legislação no Ensino Fundamental pela luz do curso no qual está concluindo? Eu respondo de forma simples e curta, tudo. Absolutamente tudo.

Este trabalho fala não apenas de práticas pedagógicas aplicadas às Ciências Sociais, este trabalho fala sobre humanidade, sobre como precisamos mudar enquanto humanidade, mesmo que por uma pequena perspectiva. O pouco que fazemos dentro do que as possibilidades permitem, muito se faz. O simples fato de olhar para o outro, para as nossas vulnerabilidades e nossas potencialidades individuais e coletivas, seja qual for nosso campo de atuação e em todos os sentidos, mas na escola este campo se amplia. Assistimos sempre a diversas desigualdades, violências, violação de direitos e nos acostumamos a desviar o olhar e dizer: “não tem o que fazer”, mas a verdade é o oposto, sempre há o que fazer.

E este trabalho também fala sobre mim, uma mulher com quase 40 anos que só conseguiu retomar alguns sonhos acadêmicos guardados, quando teve um processo seletivo impessoal, por meio de prova de conhecimentos e redação. Porque as Universidades reproduzem muito o campo científico fechado e padronizado, pouco são as oportunidades para quem está fora deste “padrão”.

Isso acontece todos os dias. Não é um *privilegio*⁵ meu, diariamente muitas mulheres, mães, especialmente as mulheres e homens pretos passam por isso, desde sempre. Nossas idades, bairros, tamanhos, aparências, o conjunto de fatores que nos faz únicos e capazes, é justamente o que nos excluí. E isso não faz mais sentido.

⁵ O uso da palavra está em itálico porque foi utilizado de forma irônica. Sem querer entrar no campo etimológico, mas precisamos urgentemente rever os conceitos de direito e privilégio, necessário para o resgate da nossa humanidade. Nos acostumamos a não ter direitos, quando temos, confundimos com privilégio.

As Universidades são formadas por alunos e professores, alunos com bons, ruins e medianos trabalhos e todos precisam da mesma atenção, do mesmo olhar. A pandemia abriu um rombo financeiro, psicológico e sanitário nas nossas vidas. Um abismo que parecia nos puxar aos poucos, neste momento que mais precisamos da Universidade, mais uma vez ela se fez ausente. Muitos desistiram. Eu quase. A Universidade pública precisa ser para todos, e ela não é.

E é sobre isso este trabalho. Sobre uma tentativa simplória de alguém que está em um lugar novo, que sabe que tem muito o que aprender, mas que vê o quanto a Sociologia e as Ciências Humanas precisam estar presentes em todas as áreas do conhecimento. Sem elas, não há ética, não há educação efetiva, não há possibilidade da educação ser transformadora. Então não vamos mais desviar o olhar.

Precisamos somar forças e ultrapassar as barreiras do debate sobre a relevância das Ciências Sociais na Educação Básica, não podemos permitir que as Ciências Humanas sejam a cada reforma educacional reduzida.

Procuramos, assim, refletir sobre como os Temas Contemporâneos Transversais da BNCC podem ser relacionados com o ensino de Sociologia, quais os fatores estruturais presentes na sociedade que, quando identificados dentro do contexto escolar, podem se transformar em uma situação de aprendizagem e tornar-se o eixo estruturador das práticas escolares.

A partir disso, podemos pensar em metodologias e formas efetivas de incluir os Temas Contemporâneos Transversais como eixos temáticos norteadores, e assim refletir e identificar o processo de construção dos padrões culturais que estabelecem relações de desigualdade nas camadas populacionais da sociedade brasileira, utilizando os conceitos sociológicos como desnaturalização e estranhamento.

Ao pensar nos TCTs relacionados ao ensino de Sociologia, nos apropriamos das dimensões que o ensino de sociologia deve atender, como Moraes (2020) explica:

O explicativo ou compreensivo - teorias; o linguístico ou discursivo - conceitos; e o empírico ou concreto - temas [...] pode-se trabalhar com muitos temas e, dependendo do interesse do professor, dos alunos e da escola, há a possibilidade de se adequar as escolhas a essa realidade. Quando propomos tal recorte, não se visa a simplesmente analisar “problemas sociais emergentes” da forma aligeirada e imediatista. [...] Um tema não pode ser tratado sem o recurso dos conceitos e das teorias sociológicas, senão se banaliza (MORAES, 2020, p. 262).

Da mesma forma, os eixos temáticos dos TCTs precisam ser planejados e desenvolvidos com a devida seriedade que exigem, destaco aqui especialmente, Meio ambiente, Multiculturalismo e Cidadania e Civismo, para não caírem em uma banalização, promovendo um ensino reflexivo, plural e que possibilite a desconstrução de padrões e formas de pensar.

Percebemos uma tendência forte nos sistemas educacionais a pedagogia liberal que é voltada para a realização e desenvolvimento pessoal, assim como as relações sociais. Com certeza estas são habilidades muito importantes a serem desenvolvidas desde a tenra idade, que incentivam a autonomia do indivíduo. Alinhadas com a BNCC, seu principal objetivo é de “preparação dos alunos de acordo com suas aptidões individuais” (LIBÂNEO, 2003, p. 6). Desta forma, podemos perceber o quando a educação perde o caráter formativo e passa a funcionar como um instrumento de exclusão social. Porque não liberta. Não possibilita a transformação da realidade, porque não se apropria dela, utiliza a formação profissional como foco, resultados como objetivo.

Assim como durante este trabalho nos apropriamos da legislação vigente, mais diretamente a BNCC e TCTs, não por que a consideramos ideais, pelo contrário, há grandes lacunas e questões a serem melhoradas, mas já que temos o fator obrigatoriedade, que possamos utilizá-las da melhor forma possível.

Não podemos também ficar limitados a uma retórica utópica de educação ideal, mas penso que nesta perspectiva as Ciências Humanas, em especial, as Ciências Sociais são fundamentais para pensar em uma educação abrangente que pelo menos possibilite a desconstrução de parte da reprodução de desigualdade.

Freire aborda muito em seus trabalhos sobre a educação, o quão intrínseco à natureza humana é a transformação: “**a capacidade de aprender**, não apenas para nos adaptar, mas sobretudo para **transformar a realidade, para nela intervir, recriando-a**, fala de nossa educabilidade a um nível distinto do nível do adestramento dos outros animais ou do cultivo das plantas (2004, p. 69, grifo nosso)”. Então, que possamos resgatá-la.

A construção do trabalho percorreu pelo referencial teórico no qual utilizamos autores clássicos e contemporâneos, buscamos, também, utilizar trabalhos e pesquisas atuais sobre o ensino de Sociologia, especialmente a obra *Dicionário do Ensino de Sociologia*.

O que nos permitiu observar o quanto os Temas Contemporâneos Transversais da BNCC podem ser relacionados com o ensino de Sociologia, assim como os fatores estruturais

presentes na sociedade que, quando identificados dentro do contexto escolar, podem se transformar em uma situação de aprendizagem e tornar-se o eixo estruturador das práticas escolares. Assim como a possibilidade da integração de saberes pela perspectiva dos TCTs, ou seja, integrar os diversos componentes curriculares através dos eixos temáticos dos TCTs conectados com a realidade da comunidade escolar, do contexto da turma e/ou do entorno escolar.

O trabalho permitiu também a reflexão e identificação do processo de construção dos padrões culturais que estabelecem relações de desigualdade nas camadas populacionais da sociedade brasileira, utilizando os conceitos sociológicos como *desnaturalização* e *estranhamento* para trabalhar os TCTs.

Mas como principal resultado deste trabalho, destacamos a importância das Ciências Sociais também nos anos finais do Ensino Fundamental, e como os TCTs podem ser desenvolvidos de forma teórica e prática, a partir de conceitos Sociológicos. Assim como os eixos temáticos dos TCTs, quando relacionados com o ensino de Sociologia, possibilitam a promoção de um ensino reflexivo, plural e que possibilite a desconstrução de padrões e formas de pensar. Alinhado, assim, com um propósito “maior”, que é a necessidade de defender uma educação plural, antiracista, humana e democrática.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo e Economia. In: _____ **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018. p. 121-162.

BRASIL **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm.. Acesso em: 01 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Temas Contemporâneos Transversais na BNCC**. Brasília, 2019.

BRUNETTA, Antonio Alberto. O Ensino de Sociologia e a Metodologia de Ensino. In: BRUNETTA, Antonio Alberto; et al. **Dicionário do Ensino de Sociologia**. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2020. p. 229-232.

BUTLER, Judith. **Relações de gênero**. Cadernos Pagu (42), janeiro-junho de 2014:249-274. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0104-83332014000100249&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em: 29 set. 2020.

CORREIA, Marisa Monteiro. Concepções de futuras professoras do ensino básico acerca do ambiente, da educação ambiental e das estratégias didáticas em educação ambiental. **Revista Ensaio**, Belo Horizonte. v.16. n. 01. p. 15-29, 2014.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens Livres na ordem escravocrata**. São Paulo: UNESP, 1997.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez: 1986.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

GADOTTI, Moacir. **Diversidade cultural e educação para todos**. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo, Cia das Letras, 2020.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da Escola Pública: A pedagogia crítico-social dos conteúdos**. São Paulo: Loyola, 2003.

LOURENÇO, Júlio César. Finalidades, metodologias e perspectivas do ensino de Sociologia no Ensino Médio. **Revista Habitus**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 67-84, 2008.

MACEDO, Elizabeth. & LOPES, Alice C. **Teorias de currículo**. São Paulo: Cortez, 2017. p. 184-215.

MARQUES, Sílvia. **Sociologia da Educação**. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

MEIRELLES, Mauro et al. **Estratificação e mobilidade social**. Porto Alegre: CirKula, 2015.

MOCELIN, Daniel Gustavo. Ensino de Sociologia e seu campo. In: BRUNETTA, Antonio Alberto; et al. **Dicionário do Ensino de Sociologia**. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2020. p. 57-62.

MOCELIN, Daniel Gustavo, et. al. (Orgs). **Rumos da sociologia no ensino médio: ENESEB2015, formação de professores, PIBID e experiências de ensino**. Porto Alegre: CirKula, 2016.

MOCELIN, Daniel Gustavo. O currículo pelos professores: práticas de ensino de Sociologia no Ensino Médio em Porto Alegre. **Latitude** | v.15, edição especial| pp. 62-89 | jan., 2021 | ISSN: 2179-5428

MORAES, Amaury Cesar. O Ensino de Sociologia e as Orientações Curriculares para o Ensino Médio. In: BRUNETTA, Antonio Alberto; et al. **Dicionário do Ensino de Sociologia**. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2020. p. 259-264.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Globalização e Interdisciplinaridade: o currículo integrado**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

SILVA, Tomaz T. Os novos mapas culturais e o lugar do currículo numa paisagem pós-moderna. In A. F. B. Moreira & T. T. de Silva (Orgs.), **Territórios contestados: O currículo e os novos mapas políticos e culturais** (4a ed.). Petrópolis: Vozes, 2001. P. 184-202.

SILVA, Ketia Kellen Araújo da; BEHAR, Patricia Alejandra. Parâmetros para construção de Modelos Pedagógicos baseado em Competências Digitais transversais na Educação a Distância. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 8, jun. 2022.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A Pesquisa Científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. P. 31-42.

VEIGA-NETO, Alfredo. Pensar a escola como uma instituição que pelo menos garanta a manutenção das conquistas fundamentais da modernidade. In: COSTA, Marisa Vorraber (org). **A escola tem futuro?** Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.103-126.